

Prefácio

Humberto Guido
Sertório de Amorim e Silva Neto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GUIDO, H., and SILVA NETO, S.A. Prefácio. In: LOMONACO, F., HUMBERTO, G., and SILVA NETO, S.A., eds. *Metafísica do gênero humano: natureza e história na obra de Giambattista Vico* [online]. Uberlândia: EDUFU, 2018, pp. 7-16. ISBN: 978-65-86084-22-1. <http://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-469-8>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Prefácio

A presente coletânea de estudos viquianos foi concebida pelos seus idealizadores a partir do encontro de duas sortes de aspirações, de um lado, de internacionalização dos estudos viquianos e incremento de uma comunidade de estudiosos vinculados pela natureza do seu objeto e pelo método de estudos mais do que por uma língua e nacionalidade, do outro lado, de divulgação da filosofia de Giambattista Vico no Brasil. Resultou daí um volume de doze estudos inéditos em Língua Portuguesa de autoria de estudiosos de Vico europeus, da Itália e da França, e sul-americanos, do Brasil e da Argentina. Desses estudos, sete compuseram originalmente as conferências e palestras da XV Semana de Filosofia “Natureza e História” da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), primeiro congresso internacional realizado no Brasil (entre 12 e 15 de junho de 2012) em homenagem ao filósofo napolitano.

Tema de grande fortuna crítica, o binômio *natureza-história* com suas tensões e afinidades ofereceu o eixo norteador dos trabalhos do Congresso uberlandense e imprime também unidade temática aos capítulos do livro, que focam ou diretamente o tema ou seus aspectos auxiliares e, por causa disso, encontram-se arranjados em duas diferentes seções ou partes. A partir daquele binômio, páginas importantes da obra de Vico foram revisitadas, seja incrementando a atual perspectiva historiográfica da filosofia italiana (e napolitana) no Brasil, seja ajudando uma tradição ainda bem jovem nesses estudos, como a brasileira, a melhor avaliar a fecundidade dos conceitos e teorias viquianas para a investigação de fenômenos culturais relevantes no contexto sul-americano.

Buscamos nesta coletânea satisfazer o mister de documentação e, em certo sentido, perpetuar o legado do Congresso viquiano de Uberlândia, decerto memorável no panorama dos estudos filosóficos brasileiros. Ela é, em parte, um Livro de Atas do Congresso e dá ao leitor acesso às conferências e palestras que o animaram: é precisamente esse o caso dos capítulos de autoria de Alberto Mario Damiani, Claudia Megale, Fabrizio Lomonaco, Humberto Guido, Marco Vanzulli, Sertório de Amorim e Silva Neto e Vladimir Chaves dos Santos. Os demais capítulos seriam acrescidos depois com o intuito de expandir o tecido das colaborações teóricas e também, de certo modo, estreitar as interlocuções dos estudos brasileiros com a cultura dos estudos viquianos na Europa. Uniram-se ao projeto editorial Enrico Nuzzo, grande intérprete da obra de Vico e notável incentivador dos estudos viquianos brasileiros, Manuela Sanna e Rosário Diana, atuais curadores do inestimável legado do *Centro di Studi Vichiani* de Nápoles, e Pierre Girard, um expoente dos estudos viquianos na França. Juntou-se a eles também Andrey Ivanov, experto brasileiro na filosofia tomista, interessado pelo estudo dos antecedentes medievais do *verum-factum* viquiano. Com este livro, portanto, damos prosseguimento ao pioneiro trabalho de divulgação do filósofo napolitano em língua portuguesa iniciado em 2012 com a publicação da coletânea *Embates da Razão: mito e filosofia na obra de Giambattista Vico*, também pela EDUFU.

O capítulo de Alberto Damiani inaugura a primeira parte do livro, *Natureza e História*, não por um acaso. Uma particularidade dos seus estudos tem sido o comentário da obra de Vico a partir dos temas e problemas da filosofia política, orientação inclusive do estudo aqui publicado. Damiani apresenta a tese de Vico sobre o *direito natural* como meio-termo entre a tese da sociabilidade natural do homem, típica dos “antigos”, e a tese dos “modernos” acerca da artificialidade das instituições civis, reeditando aquele ideal de complementaridade que nortearia (desde a Oração de 1709) a atitude do napolitano perante a *querelle* clássica. Em vez de opor ao ceticismo político-jurídico a prioridade de um desejo gregário conforme à razão, ao modo de Grócio, a opção de Vico foi conceder aos cétricos suas premissas para rechaçar as conclusões. Quer dizer, admite a *utilidade* como o motor do agir humano e por causa disso concebe a barbárie, o estado selvagem, como

enredo do mundo das nações. Também, por isso precisou encarar as instituições civis como criações, *factum* dos povos – teria sido preciso criá-las voluntariamente e instituir os direitos por convenção, pois não se pode estimá-los espontâneos e naturais. Todavia, o ceticismo por si só não se sustenta, já que não se poderia imaginar a preservação daquelas instituições, criadas historicamente, sem que existisse uma natureza sociável que se fizesse valer sobre o horizonte dos interesses privados. Nesse ponto se harmonizam *natureza e história*. Os homens, ao darem forma às instituições, se apropriam ao mesmo tempo de algo que antes não estava dado: um mundo interior, uma *mente* capaz de pensar e uma *vontade* forte o suficiente para se contrapor às paixões e dirigir os movimentos corporais. Damiani chama a atenção para o fato de que a *natureza sociável* não é para Vico jamais um dado independente, que precede as instituições humanas, mas lhes é ao menos simultânea. Ele busca demonstrar que o homem de Vico só é naturalmente sociável enquanto sobrevive e se determina em função das instituições sociais, artificiais, criadas historicamente – sem elas nada diferiria o homem do bruto.

É também este o pano de fundo do capítulo de Marco Vanzulli. A hipótese de uma sociabilidade que não se expressa “de fora” e nem antes das instituições civis, mas só a partir da história das nações, ofereceu-lhe os argumentos para contrapor o autor da *Scienza nuova* e o Rousseau do *Discurso sobre a desigualdade*. O aspecto de que ele se vale para o confronto dos dois filósofos modernos é o tema dos “sentimentos sociais”. Ainda que se deva admitir, nos dois casos, críticas muito semelhantes a Hobbes, como se radicalizassem o seu “estado de natureza” e admitissem o homem isolado e imoral de Hobbes, também, pré-racional, consequência que o filósofo inglês não poderia extrair, por outro lado, Vanzulli distinguirá Vico e Rousseau ao acentuar a suposição do *Discurso* de sentimentos sociais naturais, anteriores às primeiras aglomerações humanas. O “estado de natureza” de Rousseau, assim como a viquiana “barbárie dos sentidos”, é uma situação de anterioridade em relação à razão, o que Hobbes não teria visto, só que pré-racionalidade para o genebrino é sobretudo o instinto proto-social da *pietade*: sentimento humano-animal-natural do selvagem isolado e base de todos os demais sentimentos altruísticos, ao qual ele contrasta

com o desnaturado homem em sociedade (calculista, cínico e egoísta). Vanzulli encontra assim em Rousseau um valioso contraponto para o pensamento de Vico, pois, como ele nota, não é o dado natural do homem isolado, que vaga pela floresta, a referência positiva em Vico, mas é a primeira natureza humana histórica que vale como modelo de boa natureza humana e parâmetro de humanidade dentro do qual todas as sociedades devem permanecer para não se corromperem. Ao contrário de Rousseau, Vico não concederá docilidades à animalidade originária do homem, é um estado pré-civil e, portanto, de obtusidade. No *bestione* – alerta Vanzulli – tudo está ainda em potência e todos os sentimentos, inclusive a piedade, só surgirão com a sociedade. O seu capítulo coloca novamente o problema do nexa *natureza-história* na obra viquiana, mas por um viés comparatista particular, muito pouco testado pela tradição dos estudos de Vico: do confronto com o pensamento de Rousseau.

Vladimir Chaves, em seu capítulo, incitado por um grande interesse pela cultura e a filosofia helênicas manifestado também em outras publicações suas, engendra uma minuciosa reconstrução (filosófico-filológica) do “Polifemo de Homero”, figura mitológica a partir da qual Vico caracteriza a humanidade em sua primeira barbárie. Chaves nota, com originalidade, que o uso feito por Vico do personagem homérico, na verdade, reeditaria, com acréscimos, um uso anterior e bem mais antigo, de Platão, o responsável de fato pela migração da figura do Polifemo do território do mito para aquele da história e por transformá-lo na própria imagem da vida primitiva. O autor comprova que Platão e depois Vico, por meio dessa historicização do Polifemo (ou secularização do mito), promoveriam uma espécie de “desencantamento” dos tempos primitivos, iniciais, da humanidade. Vico, contudo, aparentemente radicalizaria o expediente conseguindo ser mais fiel que Platão à imagem homérica dos ciclopes. O Polifemo platônico contrastava com o mito de Hesíodo de uma primeira idade áurea de felicidade e bonança, porém, investido de um nobre caráter, o primitivo Polifemo mantinha intacto ainda uma visão positiva da idade de ouro. Gravitando a mesma problemática enfrentada por Damiani e por Vanzulli acerca do *status* do estado selvagem em Vico, Chaves mostra que a idade de ouro viquiana nada teria a ver com o idílico

paraíso dos poetas hedonistas: o Polifemo é rude, simplório, e também, principalmente, violento e de crueldade extrema. O seu tempo havia sido o do trabalho penoso nos campos, do despotismo patriarcal e das terríveis religiões, de modo que o “ouro”, nesse contexto, foi simplesmente o trigo, base econômica e, portanto, o ouro daquelas sociedades ciclópicas.

Enrico Nuzzo, dando-nos uma mostra de sua vasta leitura da obra viquiana e de sua enorme originalidade interpretativa, oferece ao leitor um extenso e bastante profundo estudo sobre as causas dos “caracteres das nações” na *Scienza nuova*, causas essas que justificam os aspectos contingentes e singulares dos povos e, principalmente, excedem os “princípios ideais e eternos”, aquela “natureza comum” das nações descoberta pela razão dos filósofos. O capítulo escrito por Nuzzo tem a virtude de destacar do complexo dessas causas, além daquelas habituais causalidades sacras e históricas, também um conjunto de causas naturais, físicas ou, como ele precisará melhor, “geográfico-climáticas”. A tese de Nuzzo é *sui generis* no quadro dos estudos viquianos na medida em que, se não refuta, com certeza problematiza tópicos importantes da clássica tese, defendida por Piovani, da *filosofia sem natureza* de Vico. Nas páginas aqui publicadas Nuzzo expõe outra perspectiva fundamental da “humanologia” viquiana: a presença e a atuação dos fatores físico-naturais ou relativos à geografia, ao clima e ao meio-ambiente ali onde se desenrola a história, o *factum* das nações. Ele mostra, com base numa bem documentada análise, que Vico, durante a elaboração da sua *scienza*, não esteve atento só aos *filósofos políticos* (opostos aos ditos *monásticos*), mas teria colhido inspirações valiosas também naquelas teorias “naturalistas” que desde a época clássica entendiam as características étnicas, astrológicas e médicas dos povos, bem como aquelas relativas à sua índole e engenhosidade – que estreitamente influenciam suas formas de governo – mediante a alusão à causas físico-espaciais, climáticas e geográficas.

A relação entre natureza e cultura, tão cara a Vico, permeia também os argumentos dos dois últimos capítulos desta primeira parte. O capítulo de Humberto Guido reconstrói, passo a passo, o percurso teórico que permite ao leitor, retrospectivamente, descobrir nas primeiras obras de Vico, especialmente no *De ratione* e no *De*

antiquissima, a gênese da “metafísica” que alimenta a sua *Scienza nuova* sobre da natureza das nações. Guido mostra o modo como as reflexões de Vico na primeira década do *Settecento* acerca do estatuto das *ciências naturais* e das *matemáticas* o levaram ao estabelecimento de uma singular metafísica, baseada na “potência do entendimento” e do *factum*, preparando as etapas seguintes de sua filosofia, sobretudo a compreensão do mundo civil, ou das nações, enquanto mundo das mentes humanas (metafísico) e então a própria história, a *humanitas*, como um “eterna republica natural”. No capítulo seguinte e conclusivo da seção, Sertório de Amorim analisa a “poética” de Vico, a começar pela *Oração Inaugural* de 1709 (o *De ratione*) até se tornar, com a *Scienza nuova*, o marco de uma inédita hermenêutica dos tempos primitivos. Vico teria resgatado a poética da ruína do classicismo, após a *querelle*.

Professor de Retórica na Universidade de Nápoles, portanto, ocupado com o ensino de uma disciplina que se mantinha há séculos, desde a tradição latina, alinhada à arte poética, Vico teria engenhosamente recuperado três importantes artes poéticas da antiguidade (de Aristóteles, Horácio e Longino) e, com os olhos no início do Século XVIII, extraído dessas leituras algo além dos preceitos artísticos: a própria *operação da mente ao criar o poema*, ou ainda, no caso da *Scienza nuova* mais propriamente, a *sapienza poetica* dos primeiros legisladores das nações. O estudo de Amorim apresenta as facetas da transformação por que passou essa arte no âmbito da obra viquiana: ela deixaria de ser uma técnica de composição literária para se tornar “metafísica da mente humana”, investigação *meta-física* do ânimo humano em sua etapa primitiva, infantil, e de sua lógica poética.

Não parecerá fortuita a localização desses dois capítulos, inseridos na conclusão da primeira seção do livro, já que, percorrendo mais atentamente sobre o sentido da metafísica viquiana, de certo modo eles prepararam a seção seguinte. A segunda parte desta antologia – intitulada *Metafísica e Modernidade* –, coloca em evidência um par temático fundamental àquele outro de *natureza e história*, que foi o eixo norteador da primeira seção e o ponto de confluência ideal deste volume como um todo. Filho do próprio tempo (da Idade Moderna, na passagem do Século XVII para o XVIII), Vico não pôde negligenciar aquela que era, na época, a disciplina filosófica por

excelência. Se, por um lado, empenhou esforços na instauração de uma metafísica própria, igual aos filósofos racionalistas do período, por outro lado, quase como uma preparação da “Filosofia das Luzes”, adotou o ponto de vista eminentemente crítico e pôs por terra importantes pilares da metafísica substancialista dos modernos.

Fabrizio Lomonaco inaugura a segunda seção com um rico e bem documentado estudo sobre o “Livro metafísico” de 1710, o *De antiquissima*. Lomonaco oferece um panorama global do *De antiquissima* seja expondo suas teses principais ou sublinhando a vasta teia de discussões filosóficas que ali opera como pano de fundo, frequentemente sem ser percebida pelo leitor. Além disso, o capítulo tem o evidente mérito de fazer emergir, dessa exposição global, as inovações específicas que o napolitano acabaria introduzindo no domínio da metafísica dos modernos. Partindo de uma meticulosa reconstrução dos diálogos de Vico naquela obra (com o platonismo e o cartesianismo da Nápoles, com Paolo Doria e a medicina dos *Investiganti*) Lomonaco demonstra como o princípio do *verum-factum* e a teoria do *conatus*, ou do “ponto metafísico”, impregnam a metafísica com os contornos de uma ciência da “produção” e da “ação” da *mens* humana divergente da doutrina escolástica da *res*, pois promotora da “dessubstancialização do mundo”. Daí a razão de Vico não se dedicar à escrita de um “Livro físico”; daí também não levar a termo o plano do “Livro moral”, ou talvez, melhor, simplesmente redimensioná-lo, animando-o com aquele interesse pela compreensão das modificações da *mens* em seu constitutivo devir histórico, que o levaria, dez anos depois, à escrita do *De uno*. O capítulo de Lomonaco, por tudo isso, nos permite reavaliar o lugar do *De antiquissima* no contexto geral da obra viquiana inaugurando como horizonte compreensivo uma terceira via entre a *secundarização* pela qual o *De antiquissima* passou graças à leitura idealista – e lembramos aqui sobretudo de Bertrando Spaventa – e sua *supervalorização* a reboque da interpretação “kantiana” de Stephan Otto e do “Vico barroco”.

Claudia Megale, em seguida, apresenta as grandes linhas da sua tese sobre as *latências* do pensamento de Vico na psicologia dos Séculos XIX e XX, especialmente em Jung e sua escola. Partindo também do *De antiquissima*, Megale discute os significados da distinção viquiana –

herança das leituras de Lucrecio e do epicurismo – de *anima* e *animus* e então, a partir de um rigoroso exercício comparatista, reencontra conceitos e fórmulas análogos nas obras de Jung. O escrito de Megale foca o núcleo anticartesiano do *De antiquissima* e, sobretudo, as críticas ao cogito, com a expectativa de deduzir dali a imagem do Vico descobridor do *inconsciente*, retratada antes por Enzo Paci. A autora recupera certos argumentos de teor mais materialista do *De antiquissima*, tais como as noções de *anima* e de *animus* como movimentos do ar localizados no corpo, a suposição de que a *alma* está no coração e não no cérebro, de que ela é princípio da vida e da sensibilidade, e daí alude a tese viquiana da prevalência do corpóreo e das sensações sobre a imaterialidade do cogito, que irrompe, do meio desses argumentos, reduzido sob a forma imprecisa, nada clara nem distinta, da “consciência”, signo obscuro e incompreensível do meu ser. Por causa dessa “transfiguração” da *res cogitans* – podemos concluir do interessante texto de Megale – Vico tornar-se-ia um dos principais inspiradores da “psicologia do profundo”.

O capítulo seguinte, assim como os dois primeiros dessa seção, propõe uma investigação a partir da metafísica do *De antiquissima*. O texto de Rosario Diana se debruça especificamente sobre a crítica de Vico ao cogito, espera, porém, da sua delimitação e do exame das consequências que dela decorre, extrair implicações para além de Vico e sua época. O filósofo napolitano mostra contra Descartes que a “consciência” resultante da experiência do “eu penso” não oferece jamais uma ideia clara do meu ser, mas é só um sintoma, mero indício, uma vez que, como prescrito pelo princípio do *verum-factum*, não sou eu, no momento do cogito, causa do meu “ser” pensamento, portanto, não adquiero daquele modo nenhum conhecimento *per causas* e nem qualquer ciência. Diana considera que Vico, apesar disso, não esvazia o significado antropológico e fundamental do *cogito*, mas o *despotencializa* ao admiti-lo simples “consciência”, ademais, vê nessa contração do cogito o signo mesmo do gênio viquiano: um prenuncio das discussões da neurociência contemporânea acerca da consciência e um prognóstico do efeito dramático de duplicação ou cisão dos personagens em Beckett. Sobre esse aspecto o texto de Diana se integra perfeitamente àquele de Megale dando prosseguimento à investigação

das *latências* viquianas e, em especial, as da noção de “consciência” resultante da crítica a Descartes.

Na continuação destes três estudos sobre o *De antiquissima*, sobretudo atentos à modernidade da metafísica (dessubstancializadora) do *verum-factum* e às suas latências para o pensamento contemporâneo, está o capítulo de Andrey Ivanov sobre os “antecedentes mediáveis” do *verum-factum* viquiano. O autor indica Filon de Alexandria, Agostinho e Tomás de Aquino como fontes cruciais do princípio viquiano, ajudando assim a dar forma e volume à convicção de Vico na “Conclusão” do *De antiquissima* de que se tratava aquela de uma metafísica *Christianae pietate commodam* (conforme à religião cristã). Se o texto de Ivanov, por um lado, contrasta com a linha argumentativa dos capítulos precedentes mais interessada no Vico “moderno”, por outro lado, coloca-nos diante de um exemplo da dialética a partir da qual o napolitano estrutura, em geral, o seu filosofar, ou seja, sempre disposto ao exercício da *libertas philosophandi*, tal como ensinado pelos cartesianos, mas nunca preparado a abandonar a tradição e o exercício enciclopédico de erudição.

Pierre Girard aparece logo em seguida com seu capítulo sobre o cartesianismo e o anticartesianismo de Vico. Escapando às formulas convencionais da abordagem do legado cartesiano de Vico, discutido geralmente nos termos do anticartesianismo estrito, o texto de Girard põe o destaque sobre a dualidade e a bivalência com a qual o napolitano se apropria da filosofia de Descartes e estabelece uma espécie de equilíbrio dinâmico. Não parece convencional também o ângulo pelo qual Girard considera o anticartesianismo de Vico: como se o autor da *Scienza nuova* desse curso e se alinhasse aos posicionamentos críticos e de revisão do cartesianismo em voga no círculo científico-naturalista dos *Investiganti*, perspectiva analítica que tem por mérito sublinhar as interconexões de Vico com a cultura filosófica do seu tempo, da sua Nápoles, e de combater a improdutiva pecha do “gênio solitário”, clássica fonte de leituras anacrônicas. A hipótese desenvolvida por Girard é a de que a crítica a Descartes dar-se-ia a partir de razões genuinamente cartesianas. Decorreria do próprio acolhimento das preocupações práticas e concretas da ciência cartesiana a razão principal para Vico se opor à

metafísica cartesiana e ao método matemático da física, bem como à sua medicina mecanicista; desse mesmo acolhimento sairia o projeto de uma *Scienza nuova*, assimilada, a partir do excelente estudo de Girard, como uma espécie de expansão do esforço científico cartesiano a novos domínios designados como inerentes ao “confuso” e ao “obscuro”.

O capítulo conclusivo, de Manuela Sanna, compendia para o público brasileiro e lusófono seu último estudo sobre a “imaginação” publicado na Itália. Os argumentos de Sanna dirigem-se ao estudo da “fantasia” em Vico: do seu estatuto de faculdade da mente e das relações que ela supõe com outras faculdades como a memória e o próprio entendimento. Ainda que se deva reconhecer o problema do erro e a possibilidade da distorção do material imaginativo, questão sobre a qual Sanna discorre longamente, Vico, em particular, não distinguiria de maneira ascendente a relação entre imaginar e entender, permitindo presumir que a conquista do pensamento abstrato, de tipo intelectual, não representa a superação do saber imaginativo. Segundo a autora, estaria sim na complementariedade de imaginar e entender a chave da racionalidade para Vico. O trabalho de Sanna ainda se destaca na medida em que extrapola o âmbito da filosofia viquiana e toma a proporção de uma reflexão global sobre o problema da imaginação em âmbito moderno e sobre seus desdobramentos para a filosofia contemporânea.

O livro contou com o financiamento do Programa da CAPES destinado ao apoio de eventos no país (PAEP 23038.001483/2012-80) e da EDUFU, e faz parte das atividades do *Grupo de Estudos sobre a filosofia de G. Vico* brasileiro, sediado na Universidade Federal de Uberlândia, no mister de consolidar os estudos viquianos no Brasil e contribuir para que a Língua Portuguesa se torne, também, cada vez mais, língua dos estudos viquianos.

Humberto Guido
Sertório de Amorim e Silva Neto